

Olhar a família a partir das relações de gênero¹

YONISSA MARMITT WADI

*O texto a seguir é uma reflexão, sugerida pela leitura do livro A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial, principalmente sobre as possibilidades abertas pela utilização da categoria gênero para os estudos históricos, entre eles os que têm como objeto a família.*²

O livro da historiadora Sheila de Castro Faria foi elaborado inicialmente como tese de doutoramento. Centrando seu estudo no século XVIII e no espaço geográfico genericamente denominado — até o início do século XIX — como Campos dos Goitacases (RJ), a autora busca “compreender, sob a ótica da história da família, a dinâmica de áreas em implantação e expansão de atividades econômicas rurais, entendendo que esta é uma situação encontrada em praticamente todas as épocas da história do Brasil, estendendo-se até mesmo aos dias atuais” (p. 21). Ela pretende, assim, apresentar um exemplo — e não tornar exemplar, enfatiza — do que pode ter havido em inúmeras outras regiões. A análise do “comportamento cotidiano de livres, libertos e escravos, ricos, pobres ou remediados nas suas estratégias matrimoniais, procriação, morte, produção, moradia, enriquecimento e empobrecimento” (p. 21) é, segundo a autora, uma possibilidade de compreensão das “formas como a organização de uma sociedade escravista e colonial produzia e reproduzia áreas de fronteira, reafirmando a cada momento a mobilidade espacial como pon-

to de partida e de chegada de muitos homens”, por muito ou pouco tempo (p. 33).

O primeiro capítulo dos seis que compõem o livro, ‘Família e estabilidade: o paradoxo do movimento’, apresenta inicialmente um balanço das principais abordagens sobre a história da família no Brasil. Esse balanço é o eixo de referência das considerações que permeiam os capítulos subsequentes, incluindo discussões acerca do acesso ao casamento, legitimidade de crianças, virgindade pré-nupcial, exposição de ‘enjeitados’ em casas particulares e filhos mestiços. Segundo a autora, a família teve um enorme peso nos cálculos sociais, culturais e econômicos dos colonos e mesmo dos escravos na sociedade colonial.

A primeira parte do capítulo é dedicada, assim, às discussões sobre a família enquanto categoria histórica e sobre os caminhos percorridos pelos estudos historiográficos. Ainda que a abordagem da demografia histórica sobre a família pareça ser a preferida da autora, ela não se furta a criticar os estudos demográficos sobre família no Brasil — que muitas vezes não extrapolam a fria análise estatístico-demográfica, apresentando tabelas e gráficos sem qualquer contextualização da sociedade mais abrangente (p. 40). Saber a idade em que os cônjuges se casam ou o intervalo entre os recasamentos, por exemplo, pouco acrescenta para o entendimento da dinâmica da família do passado, principalmente se isso não vier acompanhado de recortes relativos, como o do grupo social a que se faz referência (p. 40). Um dos fatores que reduzem as possibilidades de análise encontra-se, para a autora, na falta de atenção dos estudiosos ao necessário cruzamento das diversas fontes; ela defende que somente através desse cruzamento se pode chegar a conclusões mais profícuas sobre a vida das famílias coloniais. Nesse sentido, uma possibilidade interessante poderia ser o cruzamento nominal dos mapeamentos populacionais com os registros de batismo e casamento: num deles se veria o grau de riqueza e a composição da unidade doméstica, no outro seriam analisadas as alianças

1 Agradeço os comentários estimulantes de minha orientadora, Prof^a Maria Odila Leite da Silva Dias, e de meu colega, Prof. Almir Leal de Oliveira, fundamentais para a versão final deste texto.

2 Sheila de Castro Faria. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Coleção Histórias do Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998

reforçamento de tais simbolismos encontra-se reiterado nas próprias práticas dos agentes sexuais, que, orientados pela 'profecia auto-realizadora', realizam eles próprios, em si e por si, a enunciação do poder simbólico. Coação tornada consentimento, constrangimento tornado subjetividade, evidenciam a intensidade de um processo de reforçamento e circulação de mútua ratificação, no qual as heresias ou heterodoxias muitas vezes servem para 'avivar a fé', visto manterem-se intactos os princípios mesmos de divisão do campo social.

De particular interesse na análise de Bourdieu é a forma como ele discute as 'obrigações' do dominante, no sentido da honra, circunscrevendo-o a um jogo de disputas pelo poder e pela virilidade, enfim pelo que é considerado honroso. Um jogo que lhe imputa a compulsão a uma "espécie de esforço desesperado, e tão patético, em sua inconsciência triunfante, que todo homem deve fazer para estar à altura de sua idéia infantil de homem"²³.

Os homens também são dominados, mas desta vez pela *Illusio dominandi* que faz o homem verdadeiramente homem. É o princípio indiscutido de todos os deveres em relação a si mesmo, o motor ou o móvel de todas as ações que alguém 'se deve', isto é, que se deve realizar para estar em ordem consigo mesmo, para permanecer digno a seus próprios olhos de uma idéia (recebida) de homem.

É assim, mediante a coerência de seu sistema de pensamento, que se encontra em Bourdieu aquela 'generosa' oportunidade de, em sendo mulher, e reconhecendo a necessidade de emancipação dos condicionamentos sociais que transformaram o sexo feminino em portador e símbolo de desigualdade e inferioridade social, ao mesmo tempo compreender também a problemática dos homens, não lhes imputando o lugar de algozes unilaterais, dos quais nós mulheres seríamos as vítimas destroçadas.

Nesse processo social, analisa-se muito mais do que a dominação masculina. Analisa-se a forma mesma de produzi-la e inscrevê-la nas subjetividades dos homens e das mulheres, forma que está anteriormente definida no próprio campo social, o qual não é o resultado das ações dos indivíduos, mas ele próprio sendo estruturante porque estruturado por relações de poder, "o que implica afirmar que ele se estrutura a partir da distribuição desigual de um quantum social que determina a posição que um agente específico ocupa em seu selo"²⁴.

²³ Idem.

²⁴ R. Ortiz. Op. cit.,

rituais de matrimônio e compadrio.

A autora busca também definir o termo família recuperando as discussões sobre a família européia do século XVI ao XX e fazendo comparações com os significados atribuídos ao termo no Brasil. Nos séculos passados, especialmente no 18, "o termo família extrapolava os limites consanguíneos, a coabitação e as relações rituais, podendo ser tudo ao mesmo tempo, o que não só pressupõe como também impõe que a história da família, no Brasil, inclua em suas análises as demais relações além da consanguinidade e da coabitação" (p. 39-43). Historicizar a família é fundamental, compreende a autora, pois somente assim ela pode servir para abordar o comportamento dos sujeitos sociais que viveram aquele momento histórico naquele espaço geográfico, sem os riscos de cair em estereótipos ou generalidades decorrentes da falta de contextualização espaço-temporal. Para tanto, a autora reivindica também o necessário diálogo com a antropologia e a sociologia:

Ao invés de demarcar a família como um objeto em si mesmo, deve-se levar em conta a sociedade à sua volta, incorporando estudos que incluem (...) rede social, as relações de parentesco, residência e vizinhança; estratégias matrimoniais e sistemas de heranças; o papel dos vínculos de amizade e solidariedade, e em definitivo, todo esse universo de sociabilidades em que se insere o indivíduo (p. 43).

Ainda neste capítulo, Faria discute o patriarcalismo, um dos principais objetos de ataque da historiografia atual sobre família no Brasil, atentando para as especificidades regionais, temporais e sociais. Indica depois os caminhos tomados por sua análise, comentando os novos estudos sobre família no Brasil que têm se pautado na análise demográfica:

Por meio dela, foi possível identificar estruturas de população e orga-

nização de famílias e domicílios, diversificadas o bastante para questionar o padrão patriarcal e escravocrata dos estudos das décadas anteriores. Chegou-se a colocar em questão também a posição da mulher (...) e a atuação feminina no período escravista. Não só, mas principalmente entre os grupos mais empobrecidos, a mulher presidia unidades domésticas e tinha certa liberdade de movimentos no espaço público, teoricamente reservado aos homens. O que as pesquisas apontam é que havia pluralidade de modelos familiares e de atitudes femininas, que estavam longe dos visualizados para a casa grande (p. 47).

Faria contesta também a idéia de que a maior parte da população colonial, tanto livre/liberta quanto escrava, era bastarda/ilegítima. Indica um elemento fundamental a ser observado em pesquisas sobre a formação da sociedade brasileira: a atividade produtiva e sua localização têm grande peso nos padrões familiares encontrados; áreas urbanas e regiões de minas por exemplo, diferem de áreas agrícolas, nas quais ligações matrimoniais e legitimidade são fundamentais para o funcionamento da produção. Existem ciclos e ritmos diferentes, de que só a pesquisa empírica pode dar conta.

Uma fonte extensamente utilizada pela autora neste e nos demais capítulos são os chamados processos de banhos e dispensas de impedimentos matrimoniais, ricos em informações sobre todos os grupos sociais, revelando alianças matrimoniais, comportamentos em relação ao viver junto e ao casamento legítimo, argumentos (ainda que filtrados pelas fontes eclesásticas) sobre razões que impeliam as pessoas a viver juntas etc. No sub-ítem 'Virgindade e casamento' a autora discute os padrões relativos ao casamento, apontando que casar na Igreja, ou seja, seguir os padrões dominantes na sociedade escravista colonial, significava garantir o

mínimo de condições de sobrevivência em áreas agrárias, bem como a aceitação de forasteiros pelas comunidades locais (p. 63). Por outro lado, Faria traz elementos para desconstruir o mito da virgindade necessária às moças casadoiras, afirmando que "Nas áreas rurais, o homem, principalmente o pobre, não estava muito preocupado com o passado sexual da mulher, ainda mais se ela levava para o matrimônio um grande número de filhos em idade produtiva" (p. 64).

O primeiro capítulo pode ser visto como o alicerce do livro, construtor das estruturas sobre as quais será montada a obra. Assim, definido o eixo principal, montada a estrutura de análise, nos quatro capítulos seguintes a autora reconstrói o movimento da sociedade colonial através de divisões pautadas nos personagens dessa história: "homens e mulheres em grupos sociais, desde os saídos do cativeiro passando pelos mais ricos e pelos que podem ser considerados como socialmente detentores de prestígio, posto que pobres, até chegar nos escravos e nas possibilidades que se lhes davam ou conquistavam de formar famílias" (p. 34).

Assim, no segundo capítulo, 'Histórias esquecidas: os andarilhos da sobrevivência', conhecemos homens livres e pobres que têm na extrema mobilidade espacial sua principal característica. Auxiliada por quadros e percentuais estatísticos, a autora discute as formas costumeiras de acesso à terra e à força de trabalho escrava, relacionando-as com a migração e com o que ela considera uma "paradoxal busca pela formação de famílias, contemporaneamente fundamental para a sobrevivência e a estabilidade em zona agrária" (p. 34). Buscando circunscrever o que era ser pobre no Brasil colonial, Faria indica que "os limites variavam conforme a região, havendo padrões de riqueza diferenciados. Discursos de época estabeleciam, de acordo com as hierarquias locais, critérios para classificar a pobreza. O mais geral era, sem dúvida, o 'nada ter de seu' (...). A origem étnica ocupava um lu-

gar destacado (embora não exclusivo) na criação de categorias sociais" (p. 101). A autora recorta, pelos próprios recursos classificatórios da época, o grupo definido como 'homens livres pobres': mais comumente foram identificados como tal, independentemente de origem étnica e/ou social, forros e seus descendentes, os 'andarilhos da sobrevivência', ou seja, aqueles que estavam em constante mobilidade espacial. "Mover-se em busca de melhores condições de sobrevivência tomava-se uma atitude previsível e esperada; identificava-se, para forros e seus descendentes, com o exercício da liberdade" (p. 102).

As formas e possibilidades de acesso à terra são também discutidas neste capítulo. Garantir a sobrevivência em zonas agrárias e tentar enriquecer requeriam, além de um pedaço de terra bem localizado, a formação e a manutenção de uma base familiar, possibilidade mais certa dessa conquista. A autora verifica que poucas vezes, "pretos e pardos, livres ou forros, tiveram boa fortuna (...). Agregar as condições ideais para se ter acesso à terra e escravos não foi freqüente nem se constituía a regra". Para a maioria, os "andarilhos da sobrevivência, sozinhos ou com a família", a mobilidade espacial era "um dos poucos recursos que lhes restava numa terra de fronteiras" (p. 158).

No terceiro capítulo, 'Pai taverneiro, filho barão, neto mendicante: comércio e fortuna no mundo agrário escravista', o foco centra-se sobre o mundo da "elite agrária local, [com] sua forma privilegiada de enriquecimento — o comércio — e as estratégias usadas para a criação, manutenção e/ou ampliação do poder político, econômico e social, incluindo alianças matrimoniais" (p. 34). Para essa elite de comerciantes locais, grandes financiadores da produção rural — quando não eram eles próprios investidores, além de devedores em mercados maiores —, armealhar fortuna dependia do sistema de crédito vigente. Segundo a autora, porém, os comerciantes abandonavam essa atividade tão logo adquiriam alguma fortuna e trans-

formavam-se em senhores de terras e escravos, uma mudança desvantajosa do ponto de vista financeiro mas significativa quanto ao status social. Lugares por excelência da atividade comercial, os núcleos urbanos coloniais eram — nesse contexto da busca por mudança de status quo — também lugares de passagem.

Após a análise de documentos diversos, organizados muitas vezes em quadros e cruzados de formas variadas, a autora conclui que os “comerciantes, enriquecidos e transmutados em grandes senhores de terras e escravos, detinham uma lógica própria de comportamento, para eles próprios e seus familiares, ditada, certamente, pela fase da vida em que se encontravam”. Quando solteiros, os comerciantes migravam por distâncias relativamente grandes em busca de sucesso nos negócios; quando este chegava, buscavam estabelecer alianças matrimoniais com filhas de senhores prestigiados, o que lhes possibilitava a perseguida mudança de status social; a consolidação do espaço social conquistado transformava-se então no grande objetivo. Buscavam, por outro lado, a manutenção do prestígio através do casamento dos filhos — principalmente das filhas — e de relações de compadrio, assegurando a aristocratização de sua descendência. Os documentos analisados pela autora mostram, no entanto, que nesse ponto a situação se complicava, pois os filhos dos comerciantes-fazendeiros, exclusivamente produtores rurais, entravam no “perverso circuito econômico colonial que penalizava o lavrador e drenava para os comerciantes os frutos de seus empreendimentos. Filhos e netos de grandes fortunas e os que tentavam se estabelecer pela atividade agrícola, sem ter capital para tanto, se viram com dificuldades intransponíveis para se manter como lavadores de médio e grande portes” (p. 217-8).

Estes, que não podem ser considerados pobres nem componentes da elite, têm suas estratégias de sobrevivência esquadrihadas no quarto capítulo, ‘A colô-

nia: paraíso ou purgatório?’. A autora quer entender os motivos pelos quais esses homens — numericamente expressivos — são mantidos como médios produtores sem possibilidade de enriquecimento pela atividade agrícola. O fio da análise no capítulo é tecido através da reconstrução de parte “da história de vida de Manoel Antonio Sobreira, português, residente em terras arrendadas na freguesia de São Gonçalo, capitania da Paraíba do Sul”. AQUI a autora resgata “a atuação cotidiana de migrantes que tentaram melhorar as condições de vida através da atividade agrícola e utilização de mão-de-obra escrava, sem ter capital inicial para tanto”. O documento privilegiado é o inventário do migrante português, que, “bastante completo e detalhado em relação a outros, permite observar o funcionamento da unidade doméstica, produção e crédito de muitos homens coloniais” (p. 223). Através de Manoel Sobreira, visualiza-se um grupo grande de migrantes de composição variada: “Homens brancos, que se vestiam bem, possuíam móveis e utensílios domésticos, tinham crédito e casavam com facilidade, eram potencialmente capazes de se colocar entre os ‘homens bons’ da região, mas que sofreram pressões e não conseguiram a riqueza e o sucesso almejados”. Esses homens, no entanto, não podem ser considerados como ‘despossuídos’ (p. 223). Um universo onde a atividade mercantil drenava para si grande parte dos lucros obtidos tomava vulneráveis todos os que tentavam produzir a partir do estabelecimento de laços familiares, da posse de terras e escravos, muitas vezes precários. Esta foi para muitos, segundo a autora, a “busca do Paraíso e a chegada ao Purgatório” (p. 103-4), pois famílias que se mantinham exclusivamente na zona rural, situação muitas vezes longamente almejada e perseguida por gerações, dificilmente conseguiram manter suas gerações futuras da mesma forma. “A boa posição social dos pais não ultrapassava mais do que uma geração, caso não fosse injetada também riqueza material. A riqueza, por si só, não

possibilitava necessariamente prestígio, mas sem ela era impossível a manutenção do status numa sociedade mercantil em que a reprodução da própria riqueza ligava-se intrinsecamente ao comércio”, conclui a autora (p. 286).

No quinto capítulo, 'Viver escravo — diversidade', a historiadora questiona as possibilidades de atuação dos escravos em suas relações entre si e com outros grupos sociais e busca entender “como certos senhores utilizaram, em determinadas circunstâncias, relações estabelecidas entre escravos para manutenção e/ou ampliação de suas produções”. Nesse sentido, Faria verifica não terem tido esses senhores, possibilidades de definir diretamente as práticas sociais, sexuais e familiares de seus cativos, mas sim de estabelecer limites dentro dos quais se exerciam essas opções, além de utilizar seus resultados em proveito próprio (p. 289). Partindo das polémicas historiográficas sobre o mundo escravo no Brasil, e tomando posição junto àqueles que consideram “senhores e escravos, enquanto agentes ativos e construtores, ambos, de relações sociais, mesmo que tensas, onde concessões e adequações eram não só necessárias como aceitas” (p. 290), a autora estuda a diversidade do viver escravo nos Campos dos Goitacases do século XVIII. Analisando a demografia, ela tenta compreender os motivos pelos quais os escravos buscaram a legitimação do casamento pelos moldes da religião católica, sempre que lhes era dada essa possibilidade. Ela discute também as diferenças de costumes entre os séculos XVIII e XIX, tanto no matrimônio quanto nos procedimentos relativos à morte, evidenciando que “À margem das práticas católicas, os escravos estabeleceram relações e, mais do que tudo, criaram espaços sociais e religiosos, de vida e de morte, coerentes com a nova situação que se lhes apresentava” (p. 350).

O último capítulo, 'Casas de morada: pluralidade da habitação', traz a análise do modo de vida material da população dos Campos dos Goitacases, princí-

palmente no que se refere à forma de habitação, acompanhando as transformações ocorridas entre dois momentos: “o de domínio dos currais e o de desenvolvimento e consolidação da lavoura canavieira” (p. 356). Para tanto, Faria utiliza preferencialmente inventários post-mortem, entre inúmeros outros documentos textuais. Uma história de sucessos e insucessos de uma gama diferenciada de migrantes que chegam em busca de terras, família e riqueza é a característica marcante do século XVIII na Capitania da Paraíba do Sul; já o século XIX é mais rico na região, permitindo que produtores tivessem sua fortuna coroada por títulos de nobreza do Império. “O modo de vida mudou, trazendo uma ostentação de riqueza que transparecia nas construções das casas e engenhos, no número de escravos, nos trajes, nas participações em associações e irmandades religiosas, nas procissões, enfim, num conjunto de procedimentos que comprovava ser a região praticamente monopolizadora do mercado de açúcar do Sudeste” (p. 355-6).

Partindo da localização (sítio, limites e extensões), da composição de 'gentes' no interior de uma 'morada' e de uma descrição física de seus materiais e ambientes, a autora chega a uma questão polêmica: a relação público/privado na vida colonial. Segundo ela, o espaço doméstico — o das casas de morada — era um local emblemático da vida na Colônia, fosse ele rural ou urbano. “Lugar de viver e de produzir, as 'casas de vivenda ou de morada' eram também lugar de articulações políticas, administrativas e sociais” (p. 385). Contrapondo-se a análises de historiadores brasileiros que enxergam um mundo privado oposto ao mundo público no período colonial brasileiro, Faria indica que esse “lugar tido como absolutamente privado, hoje, ligado intrinsecamente ao sentido de casa/dormitório ou casa/descanso, no período colonial era o conjunto onde se passava a maior parte do tempo. Nada tinha de relacionado a privado ou só a descanso ou lazer” (p. 35). Colocando-se

de forma lúcida no centro de uma polêmica historiográfica e andando na contramão da moda, a autora não acredita na existência de algum lugar privado no período colonial, “pelo menos naquilo que hoje sentimos sobre o que é ‘privado’”. Se é estar distante do olhar do outro, não acho que isso teria tanta importância para nossos antepassados, como acontece hoje. Pessoas que faziam tudo o que imaginamos agora como ‘escondido’, nas vistas de todos, incluindo necessidades fisiológicas e sexuais, são muito diferentes de nós, adestrados para termos essas ‘sensações’ de privacidade” (p. 387). No período colonial,

a referência a ‘casas’ significava a proximidade do local de beneficiamento da produção, das senzalas (quando havia), das casas de agregados ou arrendatários, das casas de filhas, das casas onde se cozinhava e se dormia, dos animais ou de lavouros em torno delas, de paióis e casas de despejo, onde se formava um complexo que fazia com que a referência à moradia fosse, sempre, no plural. Os materiais empregados, as divisões, o que cercava a habitação em determinado tipo de atividade econômica e a proximidade física e cotidiana entre livres e escravos explicam muito de uma sociedade que baseava sua verdade no ‘ouvi dizer’ ou no que era ‘público e notório’ (p. 34-5).

Outra confusão historiográfica, também bastante difundida, que é refutada pela autora neste capítulo, é aquela que coloca como sinônimos vida privada e cotidiano. Faria percebe seu trabalho como uma história do cotidiano, ao analisar as formas de produzir, as famílias, as casas de morada etc. Buscando desfazer o equívoco historiográfico, ela indica ser cotidiano, “uma palavra que existe desde o século XVIII referindo-se àquilo que é diário, que sucede ou se pratica habitualmente” (p. 388), enquanto não existe a noção de privado na colônia. Para a autora, “A rotina de tra-

balho é cotidiana, mas o comer, o dormir, o vestir, o procriar, o rezar, enfim, inúmeros atos que poderíamos designar como de ‘vida privada’ também são cotidianos. Aliás, são sempre cotidianos. A vida privada, hoje, é cotidiana. Seria inimaginável separá-la do cotidiano. Só que cotidiano não se reduz à vida privada, embora, creio, o inverso seja verdadeiro” (p. 388).

O livro de Sheila de Castro Faria vem portanto somar-se à nova historiografia brasileira ou colocar-se junto às contribuições atuais que revelaram uma sociedade brasileira mais complexa do que faziam crer modelos interpretativos amplamente difundidos e assumidos como válidos. Ao longo de mais de quatrocentas páginas ela busca desconstruir idéias como a imobilidade dos homens coloniais, a marginalidade dos pobres livres, a rigidez da estratificação social, a bastardia da população colonial ou a ‘coisificação’ dos escravos. O combate a tais posicionamentos interpretativos parte, num primeiro momento, da contraposição de outras interpretações historiográficas mais recentes, ao lado das quais Sheila Faria situa seu trabalho. Num segundo momento, é através da construção de sua problemática e de sua investigação, permitida pela postura metodológica assumida, que a autora tenta combater os modelos que decauíram o rico universo do Brasil colonial.

A abordagem do movimento da sociedade colonial, através da análise da família, considerada como o locus privilegiado para abordar o cotidiano dos múltiplos sujeitos sociais é importante, por exemplo, para quem pretende estudar a experiência social das mulheres. Análises centradas na atuação, e na constituição de grupos familiares e suas relações com o conjunto da sociedade são fundamentais por estarem colocando as mulheres no cenário da história.

Além da contribuição no sentido de desvelar a multiplicidade do viver no Brasil colonial, outro ponto a ser destacado no texto de Sheila Faria é a utilização de fontes paroquiais e cartoriais —inventários post-mortem, testamentos, registros paro-

quais de batizado, casamento e óbito, processos de banhos (e de dispensas de impedimentos matrimoniais), mapeamentos agrários e populacionais e literatura da época — optando por “privilegiar fontes passíveis de seriação”. Foi através do cruzamento dos dados dessas fontes que a autora diz ter percebido, muitas vezes de forma bastante impressionista, noutras bem nítidas, as formas de viver de alguns de nossos homens no período colonial. (p. 33). Interessante, especialmente para aqueles que estão dando os primeiros passos na pesquisa de fontes históricas, é o compromisso da autora em descrever pormenorizadamente os documentos com os quais trabalha, propiciando ao leitor não só o acesso ao conteúdo informativo, mas também à forma como foram construídos os materiais transformados em documentos pela sociedade. Nessa explicitação do uso de determinadas fontes, na discussão de seus limites e na defesa de suas possibilidades, encontra-se portanto um dos traços diferenciadores e positivos do trabalho de Sheila Faria.

Mas pode-se também, a partir da consideração das fontes, das escolhas ao tratamento, perceber alguns limites de seu trabalho. Ao discutir os usos e escolhas que fez das fontes de que dispunha, a autora realiza também a defesa de seu método e portanto do tratamento serial que deu aos documentos. Buscando ultrapassar os limites das análises demográficas que só viam os números dos sistemas econômicos e esqueciam os seres humanos que povoavam as sociedades analisadas (p. 19), o trabalho de Faria pode ser situado dentro das perspectivas mais atuais da demografia histórica, talvez do que se possa chamar de “terceiro nível da história serial”³, aquela que mescla o estudo quantitativo das estruturas sócio-econômicas ao estudo das mentalidades. É justamente essa preferência pelo tratamento demográfico (massivo e consistente) das fontes, num texto recheado de gráficos e percentuais, que me parece ser um dos pontos fracos de seu texto. Tal preferência,

que deixa em segundo plano um tratamento mais qualitativo das fontes escolhidas, ou ainda, a ausência de outras fontes (como processos criminais, por exemplo) retira da análise a possibilidade de apreensão mais profunda de um movimento que ultrapassa o movimento geográfico, o deslocamento físico ou as mudanças na estratificação social, todos perceptíveis no texto. Falta o movimento da vida, ou a inspiração, as contradições, os antagonismos desse movimento; seus agentes sociais.

A família colonial dos Campos dos Goitacases, sua organização, a produção de seus bens, sua habitação e sua reprodução, entre outras coisas, podem ser vistas através dos numerosos quadros (62 ao todo) distribuídos ao longo dos capítulos. Como na história do imigrante português Manoel Sobreira, ficamos sabendo muitas coisas sobre os homens e mulheres dessa sociedade: onde nasceram, quando e com quem casaram, se tinham filhos ou não, onde e com quem moravam, que bens possuíam, sua dieta alimentar etc. Sente-se, porém, uma ausência profunda, não se consegue saber como Manoel e outros como ele viam, sentiam, reagiam, experimentavam aquela sociedade.

Em resumo, a autora afirma em sua conclusão fazer uma “história social em que se contam os homens, ou seja, em que se circunscreve um universo quantitativamente mensurável” e talvez nesta compreensão do que seja fazer história social é que reside um dos grandes problemas de seu texto. Preocupando-se excessivamente em “contar” os homens, Faria dá pouca atenção à experiência desses homens em situações e relações diversas, que tratadas de forma complexa em sua consciência e cultura, resultam em ações variadas.

Outra limitação da tese de Sheila Faria é a ausência do referencial dos estudos feministas, de referências ou mesmo de comentários sobre a extensa produção bi-

3 Peter Burke. *A revolução francesa da historiografia: a Escola dos Annales, 1919/1989*. São Paulo: Unesp, 1991.

biográfica sobre o tema, e da consideração do gênero como categoria analítica para pensar as relações sociais — entre elas as relações familiares. O gênero, enquanto categoria analítica, como um modo de se referir à organização social das relações entre os sexos, como uma categoria relacional que define homens e mulheres em relação uns aos outros, torna-se imprescindível à compreensão dos lugares ocupados, dos papéis sociais, das atitudes tomadas, das práticas vividas por homens e mulheres, mesmo considerando-os como membros de uma família, ou até para entender as formas assumidas pela família e suas possibilidades de organização. Por outro lado, tomar o gênero como categoria analítica significaria também assumir um posicionamento político, uma postura transformadora, que desde uma perspectiva feminista marca os estudos sobre mulheres e sobre as relações de gênero, ou seja, buscar conhecer a situação de indivíduos socialmente discriminados, visando propor a superação dessa condição.

Não se pode negar que as mulheres estão presentes no texto de Faria, mas apenas como componentes da família colonial. As diferenças de gênero no interior da família não aparecem; sujeitos marcados por diferenças sexuais e culturais têm suas diferentes vivências visíveis apenas de forma tênue enquanto construtores da família. O significado dos papéis que os sujeitos assumem passa despercebido. Apesar de indicar algumas diferenças entre o viver masculino e o feminino, por exemplo, nas estratégias de casamento, a autora não discute a assimetria da instituição matrimonial e menos ainda percebe as posições de gênero como constituintes de relações de poder muito densas.

Apesar do diálogo perspicaz que realiza com a historiografia e de sua consciência aguda da necessidade da historicização⁴, e apesar de descrever seu trabalho, a partir dessa mesma historicização, não como história da vida privada (sentido que só nasceria no século XX), mas como história do cotidiano, Sheila Faria omite-se, de forma incompreensível, de discutir com

maior profundidade justamente a categoria cotidiano. Ela afirma não querer complicar muito a questão, mas a justificativa para a ausência dessa discussão talvez se encontre na conclusão do sexto capítulo, que pode servir como parâmetro também para a compreensão de muitas de suas posições:

sou resistente a títulos e rótulos, apesar de entender que precisar conceitos é atitude academicamente correta. Mas, no final das contas, o que na verdade importa, é a forma como os pesquisadores elaboram suas questões e as tentam responder com as suas fontes, podendo estar seu trabalho aprisionado em ou livre de qualquer rótulo que se queira dar (p. 391).

Essas ausências do que poderia enriquecer ainda mais o trabalho — e colocá-lo ao lado de estudos que, pela utilização de uma perspectiva feminista, mais do que trazer as mulheres para o cenário da história ou esmiuçar as relações entre os gêneros, colaboram para reconstruir a própria disciplina histórica —, tais ausências, no entanto, não lhe tiram o mérito. A riqueza das fontes num diálogo sempre instigante com a bibliografia de referência tomam o livro estimulante para todos os que pretendem penetrar nos recônditos da sociedade colonial brasileira, seja como pesquisadores ou pelo simples prazer da leitura.

4 É preciso "historicizar os próprios conceitos com que se tem de trabalhar [...], a fim de transcender definições estáticas e valores culturais herdados como inerentes a uma natureza feminina". Maria O. L. S. Dias. *Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista. Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, 2º sem./ 1994, p.373-82.